



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



Informação nº : 183/2013

Processo nº: 14487/2013 (com Anexos I a III)

Jurisdicionada: Companhia Energética de Brasília – CEB

Assunto: Licitação - Representação

EMENTA: Representação contra o resultado do Pregão Eletrônico nº 001-S00129/2013, da CEB, formulada pela empresa LUMINAPAR SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA LTDA. Análise de admissibilidade. Sugestão de conhecimento da representação e oitiva da Jurisdicionada.

Sr. Secretário,

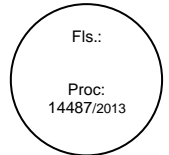
Tratam os autos de Representação formulada pela empresa LUMINAPAR SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA LTDA, fls. 27 a 44 e anexos de fls. 45 a 54, contra o resultado do Pregão Eletrônico nº 001-S00129/2013, conduzido pela Companhia Energética de Brasília - CEB, cujo objeto é a contratação de empresa para execução de serviços no sistema de iluminação relativos à expansão do parque de IP do Distrito Federal. A Representação em tela deu entrada na Casa em 07/06/2013, conforme documento de fl. 27.

2. Na última manifestação desta Corte acerca do procedimento licitatório em questão foi proferida a Decisão Nº 1907/2013, de 02/05/2013, fl. 23, na qual o Tribunal, após tomar conhecimento do edital em referência, autorizou o arquivamento dos autos.

3. Reproduzimos a seguir, em resumo, os aspectos de maior relevância contidos nas alegações encaminhadas ao Tribunal.

4. A Representante afirmou que faz gestão junto a esta Corte porque a CEB teria negado provimento ao recurso administrativo encaminhado pela empresa em 29/05/2013.

5. Segundo a empresa, a adjudicação do Lote 3 do certame em referência, no valor de R\$ 36.166.928,00, a uma empresa de pequeno porte cuja

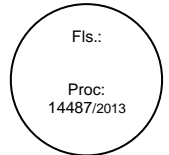


razão social é Luz Urbana Engenharia Ltda EPP, viola o disposto no inciso X, parágrafo 10º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06 (Lei Geral da Micro e Pequena Empresa), bem como o inciso III, do artigo 20, da Lei nº 8.884/94 (dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica, livre concorrência e a repressão ao abuso do poder econômico).

6. A Representante alega que a citada empresa declarada vencedora do Lote 3 apresentou proposta com diferença de apenas R\$ 1,00 (um real) em relação à sua, por ter se valido indevidamente das vantagens da LC 123/06, por sua condição de empresa de pequeno porte.

7. Segundo a Representante, seria absolutamente inaceitável a aplicação do estatuto da microempresa ou empresa de pequeno porte ao Lote 3, vez que o valor global estimado ultrapassa o montante para o enquadramento de ME's ou EPP's. Questiona a Representante como poderia a proponente declarada vencedora estar enquadrada em um regime jurídico diferenciado que impõe limites de receita bruta anual de R\$ 360.000,00 a 3.600.000,00 se a própria licitante apresentou lances superiores ao determinado pela Lei para conferir a ela os benefícios da Lei. Entende a Representante que superada a receita bruta determinada na Lei, o licitante deveria ser igualado aos demais, sob pena de a Administração ferir o princípio da legalidade.

8 A Representante concluiu sua argumentação alegando que a decisão da CEB em adjudicar o contrato para a proponente Luz Urbana Engenharia Ltda EPP no valor de R\$ 36.166.928,00 configura uma flagrante violação ao princípio da legalidade, vez que se dividir o valor do Lote 3 por 30 meses, tempo de execução do contrato, teremos um faturamento mensal de R\$ 1.205.564,27 e um faturamento anual correspondente a R\$ 14.466.771,20, o que importaria imediata exclusão do regime diferenciado, previsão clara do inciso X, parágrafo 10º, do art. 3º da LC nº 123/06, colocando a Representante em pé de igualdade com a empresa declarada vencedora.



9. Os pedidos da Representante ao Tribunal foram os seguintes: a) que seja concedido cautelarmente a suspensão da contratação do Lote 3 do Pregão Eletrônico nº 001-S00129/2013 com a empresa Luz Urbana Engenharia Ltda EPP, devendo ser oficiada a CEB, haja vista que o contrato está para ser assinado em 10/06/2013; b) no mérito, seja acolhida a impossibilidade jurídica de adjudicar a totalidade da licitação à empresa Luz Urbana Engenharia Ltda EPP, tendo em vista o precedente do Ministério do Planejamento em Brasília, Pregão Eletrônico nº 39/2008, decisões do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo nos processos TC-033045/026/07, TC-033053/026/07, TC-033251/026/07 e TC-033359/026/07, de relatoria do Conselheiro Renato Martins Costa, e Acórdão nº 3411/2012 do TCU, bem como Súmula nº 222 do TCU e violação expressa ao inciso X, parágrafo 10º do art. 3º da LC nº 123/06, por se tratar de empresa de pequeno porte – EPP; b1) alternativamente, com a finalidade de prestigiar o Estatuto das ME's e EPP's, que seja recomendado à Administração Pública para adjudicar o contrato com a empresa Luz Urbana Engenharia Ltda EPP (proponente 18) até o valor do faturamento bruto anual permitido no inciso II, do artigo 3º da Lei nº 123/06, ou seja, R\$ 3.600.000,00, devendo o saldo remanescente ser adjudicado para a segunda colocada.

10. Do teor do referido documento, verifica-se que esse pode ser conhecido, uma vez que atende aos pressupostos para sua admissibilidade estabelecidos no § 1º do art. 195 do Regimento Interno desta Corte, com redação dada pela Emenda Regimental nº 35, de 27/09/2012.

11. Frisamos, por fim, que chama atenção no caso em tela o elevado valor adjudicado para a empresa de pequeno porte e o risco da execução inadequada do contrato pela empresa em questão, tendo em vista sua dimensão. Em consequência, parece-nos conveniente que a CEB esclareça se a capacidade técnica da empresa foi devidamente avaliada por ocasião do procedimento licitatório.

12. Nestes termos, propõe-se o envio dos presentes autos ao Relator, conforme os termos da Portaria TCDF nº 27, de 10/03/2009, com as sugestões a seguir.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



I – conhecer, com fulcro no art. 195, § 1º, do Regimento Interno do TCDF, da Representação de fls. 27 a 44, apresentada pela empresa LUMINAPAR SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA LTDA., e dos documentos que a acompanham às fls. 45 a 54;

II – deliberar acerca do pedido de cautelar formulado pela referida empresa;

III – nos termos do § 6º do art. 195 do RI/TCDF, conceder prazo de 05 (cinco) dias à Companhia Energética de Brasília - CEB, para fins de apresentação dos seguintes esclarecimentos:

- a) acerca dos fatos apontados na peça citada no item I;
- b) se a capacitação técnica da empresa declarada vencedora do Lote 3 do certame foi devidamente avaliada por ocasião do procedimento licitatório;

IV – dar conhecimento da Decisão que vier a ser proferida à empresa LUMINAPAR SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA LTDA.;

V – autorizar:

- a) O encaminhamento de cópia da presente representação e da Decisão decorrente à jurisdição mencionada no item III;
- b) O retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para os devidos fins.

À superior consideração

Brasília (DF), 10 de junho de 2013.

Mauro Campos Muniz
Diretor-Substituto da Quarta Divisão de Acompanhamento